

POLÍTICAS DE INSERÇÃO INDÍGENA NA UNIVERSIDADE: O SIGNIFICADO DA FORMAÇÃO SUPERIOR PARA OS ACADÊMICOS INDÍGENAS TERENA DA UCDB

Osmany Bernardo Farias¹
Marta Regina Brostolin²

RESUMO: A questão da inserção indígena no ensino superior vem sendo cada vez mais debatida, tornando-se um fenômeno que envolve grande complexidade ao considerar as especificidades sociais, econômicas, políticas, históricas e culturais dos povos indígenas. Neste panorama, faz-se necessário uma reflexão acerca das possibilidades de se desenvolver políticas públicas específicas, bem como ações afirmativas voltadas para este seguimento social que busca junto as Universidades, em cursos de formação de professores, inicialmente e, atualmente, outros cursos nas várias áreas de conhecimento, capacitação para gerenciar seus territórios e os desafios de um novo cenário de interdependência entre os povos indígenas e o Estado no Brasil. Com o avanço da educação básica (anos finais do Ensino Fundamental e Médio) nas aldeias em Mato Grosso do Sul, cresce a demanda por ensino superior que até três a quatro anos atrás era muito tímida e a cada ano e ou semestre, aumenta o número de jovens que deixam as aldeias em busca de uma formação acadêmica. Neste contexto, insere-se este estudo que visa investigar os significados atribuídos à formação superior, refletir sobre a desvantagem histórica e a disparidade econômica e social que envolve os acadêmicos indígenas Terena e analisar as ações afirmativas existente na Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. A relevância desta investigação centra-se no fato de haver pouca produção técnico-científica existente sobre o assunto, contribuindo desta forma para a ampliação do debate em torno da promoção do diálogo intercultural na universidade.

Palavras-chave: sentido de formação; ensino superior indígena; ação afirmativa.

Considerações Iniciais

A presença indígena no ensino superior é uma realidade e tornou-se pauta das agendas de discussão nos meios acadêmicos e políticos, por ser um fenômeno que envolve grande complexidade ao considerar as especificidades sociais, econômicas, políticas, históricas e culturais dos povos indígenas. Faz-se necessário promover uma reflexão acerca das possibilidades de se desenvolver políticas públicas específicas, bem como ações afirmativas voltadas para este seguimento social que busca através da educação conhecimento e formação profissional que possibilite a seus membros uma emancipação social e melhores condições de

¹ Acadêmico do Curso de Administração da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. E-mail: osmany_67@hotmail.com

² Orientadora. E-mail: brosto@ucdb.br

vida, bem como manter uma relação de diálogo e respeito com a sociedade envolvente em seus projetos de sustentabilidade.

Este trabalho insere-se neste universo quando pretendeu investigar os sentidos atribuídos à formação superior, refletir sobre a desvantagem histórica e a disparidade econômica e social dos indígenas e analisar as ações afirmativas existentes nas Universidade Católica Dom Bosco através do Programa Rede de Saberes. Participaram da pesquisa 15 estudantes e a escolha da etnia deveu-se ao fato de o pesquisador ser um acadêmico Terena, sendo esta a etnia de maior representatividade na instituição.

O Ensino Superior Indígena: breve panorama

As décadas de 70 e 80 do século passado foram decisivas no que tange a contestação da ação educativa da Funai e missões tradicionais. Instituições da sociedade civil iniciaram um processo de severas críticas ao modelo escolar imposto e à tutela do Estado, propondo então modelos alternativos pautados em práticas diferenciadas e interculturais, instituídas e asseguradas pela Constituição Brasileira de 1988 e legislação educacional posterior. O Decreto n. 26/1991, que atribui ao Ministério da Educação – MEC – as principais responsabilidades na formulação e coordenação de uma política nacional de educação indígena, ficando a execução na esfera municipal e estadual, não pôs fim às ações da Funai neste setor específico, mas foi do MEC que partiram as grandes transformações do período.

Apesar de algumas ações terem se iniciado no período de 1991-1994, só no período de 1995-2002 a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas (CGAEI)/Secretaria de Educação Fundamental/MEC efetivamente deslanchou uma atividade que resultou no atendimento de mais de 100 mil estudantes indígenas, em aproximadamente 1.392 escolas indígenas, assistidas por mais de 4.000 professores que trabalham em elevada percentagem (em torno de 75%) junto a seus povos (SOUZA LIMA, HOFFMANN E PERES, 2004). Desses estudantes indígenas, muitos conseguiram concluir a educação básica e, atualmente, reivindicam o ingresso no ensino superior. Neste plano, algumas iniciativas tímidas foram desenvolvidas por universidades esparsas, algumas com sucesso, adquirindo uma certa sustentabilidade e outras descontinuadas.

De acordo com Souza Lima e Hoffmann (2004, p. 171) “há dois vieses diferentes, mas historicamente entrelaçados, que têm sido percebidos de modo separado e que, todavia, confluem na busca dos povos e organizações indígenas por formação no ensino superior”. Os

dois vieses que os autores se referem são: a busca por cursos de formação específica para professores indígenas e a procura por capacitação para gerenciar seus territórios e os desafios de um novo cenário de interdependência entre os povos indígenas e o Estado no Brasil.

O primeiro viés relaciona-se a educação escolar imposta aos indígenas pelas escolas criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI (criado em 1910), voltada para o ensino das primeiras letras, centrado no ensino da língua portuguesa em detrimento das línguas indígenas, e tornou-se uma rede nacional de escolas indígenas sob a gestão da Funai (SOUZA LIMA e HOFFMANN, 2004). Somou-se a esse trabalho a ação educativa missionária através de várias ordens religiosas e, dentre outras, a dos salesianos, que iniciaram seu trabalho há mais de cem anos com povos indígenas no Alto Rio Negro, no Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O outro viés segundo Souza Lima e Hoffmann (2004) refere-se à necessidade dos povos indígenas de terem quadros capacitados para construir novos relacionamentos com o Estado brasileiro e com redes sociais nos contextos locais, regionais, nacionais e, até mesmo, internacionais, sem a mediação de profissionais técnicos não-indígenas. Nesta questão, buscam cursos em nível superior em diversas áreas e cresce a demanda por ensino superior que até três a quatro anos atrás era muito tímida, pois existia uma pequena parcela de indígenas com nível superior, resultado do esforço sócio-econômico pessoal ou familiar. Atualmente, as lideranças e comunidades, principalmente, das etnias Terena, Kaiowá-Guarani e Kadiwéu estão buscando as instituições de educação superior como um espaço estratégico de luta por seus direitos e emancipação social.

Além da capacitação intercultural que os habilite a assumir a educação escolar, os trabalhos de prevenção e acompanhamento à saúde, os povos indígenas buscam, através da formação superior, fortalecer os conhecimentos indígenas, reelaborar mecanismos de produção e negociação de conhecimentos para que possam gerir seus territórios, planejar e desenvolver projetos em proveito de suas comunidades.

Nesse processo, a cada ano e ou semestre, aumenta o número de jovens que deixam as aldeias em busca de uma formação acadêmica que lhes propicie conhecimento e experiência profissional, enfim, os capacite a desenvolverem posteriormente, no retorno às suas aldeias após a conclusão do curso, um trabalho mais qualificado em prol da qualidade de vida e autonomia da comunidade.

Neste cenário, duas Universidades vêm se destacando no atendimento da demanda indígena no Estado. A Universidade Católica Dom Bosco – UCDB e a Universidade Estadual

de Mato Grosso do Sul – UEMS. É, neste contexto, que se insere o *Programa Rede de Saberes*, gestado no final de 2005, com o objetivo concreto de favorecer a permanência dos acadêmicos no ensino superior. Pelo caráter inovador do projeto, é relevante retomar seu processo de elaboração, este foi lento e com muitas negociações, pois, pela primeira vez, se tentava uma parceria neste nível entre duas instituições universitárias, sendo uma pública e outra de caráter particular. Os desafios foram muitos, inicialmente de ordem institucional, no sentido de encontrar os papéis de cada equipe já na elaboração do projeto e, mais à frente, na constituição das respectivas equipes de gestão e coordenação das ações.

Mas, enfim, efetivamente, em fevereiro de 2006, iniciaram-se as atividades do *Programa Rede de Saberes: permanência de indígenas no Ensino Superior*. O projeto tem por objetivo geral desenvolver ações de apoio aos alunos indígenas em sua trajetória acadêmica. Na concretização das metas propostas, o programa desenvolve as seguintes ações: capacitação de não-índios (docentes, estudantes e pessoal administrativo) sobre a questão indígena; participação e ou organização de eventos acadêmicos; apoio à pesquisa de alunos índios; cursos e tutorias para acadêmicos índios; implementação do Centro de Documentação; preparação de alunos para ingresso em programas de pós-graduação stricto-sensu e levantamento da situação dos alunos indígenas no ensino superior em MS. Oferece ainda estrutura física de apoio, tais como: centro de convivência e laboratório de informática.

Desde 2006, nestas duas universidades, experiências têm sido desenvolvidas com acadêmicos indígenas, às quais têm ajudado a articular relações interétnicas, baseadas no respeito à diversidade cultural e no dinâmico processo de se tomar consciência sobre a necessidade de estabelecer maior equidade e justiça em uma sociedade multiétnica, como a nossa.

No ano de 2007, na UEMS e UCDB, estavam matriculados aproximadamente 250 acadêmicos/as indígenas, predominantemente da etnia Terena. Só mais recentemente, com a implantação de cursos de magistério e da chegada do ensino médio nas aldeias, é que o povo Guarani e Kaiowá e Kadiwéu começam a dar mostras de que a demanda por ensino superior aumentará exponencialmente nos próximos anos. Se até algum tempo atrás eram poucos, hoje são aproximadamente 700 acadêmicos índios nas diversas instituições de ensino superior da capital e no interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

O Programa Rede de Saberes: ação afirmativa na UCDB.

Em sua primeira versão, o Programa Rede de Saberes foi desenvolvido em duas instituições, UEMS e UCDB e, a partir de 2008, em sua segunda versão, inseriram-se a rede a UFGD e a UFMS/Aquidauana. Entretanto, neste trabalho o foco volta-se para os acadêmicos indígenas Terena da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Portanto, visando um maior entendimento da abrangência do projeto, torna-se relevante neste momento explicitar brevemente as ações desenvolvidas pelo programa em apoio ao acesso e permanência dos indígenas no ensino superior. São:

Capacitação de não índios (docentes, estudantes e pessoal administrativo) sobre a questão indígena.

A UCDB, apesar de mais de dez anos de envolvimento acadêmico efetivo (pesquisa e extensão) com as populações indígenas, estes, ainda, não se faziam notar física e institucionalmente no âmbito da Universidade e do próprio Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações indígenas, NEPPI. Nas relações interpessoais e acadêmicas, no cotidiano das salas de aula, conforme atestam depoimentos dos próprios alunos indígenas, atitudes sutilmente discriminatórias eram frequentes. Em reunião posterior com coordenadores de cursos e departamentos, foi constatado que vários destes profissionais não tinham idéia da presença dos acadêmicos indígenas na Universidade e o que isso implicaria em termos sócio-pedagógicos.

Neste propósito, tendo em vista a sensibilização dos quadros docente e administrativo da UCDB para que possam estabelecer uma relação intercultural com os indivíduos indígenas que nela ingressam e circulam, reconhecendo seu valor, reivindicações e lutas históricas são organizadas capacitações semestralmente.

Apoio à Pesquisa

Esta ação visa estimular e possibilitar a participação dos acadêmicos em projetos de pesquisa e extensão, com relevância para a questão indígena vinculados ao NEPPI – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas e Programa de Iniciação Científica – PIBIC.

Cursos de Suplementação e Tutoria

Atendendo à solicitação dos acadêmicos, são realizados cursos de informática básica, visando à inclusão digital para os calouros ingressantes na academia, de leitura, análise e produção textual para apoiá-los no domínio da Língua Portuguesa e Sarau do Pensamento, pautado na metodologia científica efetivando assim a realização dos trabalhos acadêmicos solicitados pelos professores.

Em relação à tutoria existe um acompanhamento por parte da equipe do projeto frente as dificuldades apresentadas pelos acadêmicos nas diversas disciplinas de seus respectivos cursos. Professores de diferentes áreas são contratados para darem suporte pedagógico aos alunos em suas atividades acadêmicas.

Preparação de alunos para ingresso em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Esta ação tem sido particularmente gratificante, uma vez que voltou a despertar nos indígenas que já possuem a graduação, a possibilidade de continuarem seu processo formativo através de programas de mestrado e, posteriormente, doutorado. Foram realizadas duas oficinas preparatórias, uma em 2006 e a outra em 2007 (todos os sábados dos meses de março e abril), para a elaboração de projetos para ingresso em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado, concorrendo também à bolsa Ford. Os trabalhos aconteceram no laboratório de informática com frequência aproximada de vinte e cinco alunos em cada oficina e, deste grupo, quatro foram aprovados pela Fundação Ford em 2007. Em 2008, na Linha 03 do Mestrado em Educação da UCDB (Diversidade cultural e educação indígena), dos dez aprovados, seis eram indígenas, sendo que desses, cinco foram preparados pelo Programa Rede de Saberes.

Centro de Documentação

O Centro de Documentação Teko Arandu, com sede no NEPPI/UCDB, disponibiliza acervo em forma digital, para ser consultado *on line*, ou seja, aberto a todas as pessoas e pesquisadores que dele necessitarem. Neste local, trabalham, como estagiários acadêmicos indígenas e não indígenas, manuseando documentos indígenas de várias coleções - do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), Museu do Índio, Museu Nacional, Andrés Barbero/Paraguai, entre outros. Trata-se de uma atividade diária e isso traz, como consequência, o contato direto com a história documental dos povos indígenas da região, além

de que significa a presença cotidiana desse grupo de acadêmicos no horário extra-classe, facilitando as relações inter-pessoais e o acompanhamento acadêmico.

Laboratório de Informática e Espaço de Convivência

O laboratório de Informática, uma das primeiras aquisições do Programa Rede de Saberes, continua cumprindo sua função prevista: está sempre cheio de acadêmicos/as indígenas, realizando pesquisas, elaborando trabalhos acadêmicos e aperfeiçoando-se no uso da internet. O centro de convivência também é um espaço muito utilizado para encontros de estudos, reuniões, etc... E, quando da visita das lideranças indígenas das aldeias, são os locais de referência, por representarem o *locus* da nova tecnologia, agora ao alcance dos seus jovens estudantes.

Participação e organização de Eventos Acadêmicos

a) Participação

Muitas foram às participações de acadêmicos/as indígenas, da UCDB, em eventos locais, regionais e nacionais acompanhadas de apresentações de trabalhos, em forma de comunicações orais ou de *banner*, das respectivas pesquisas que cada um/a vem desenvolvendo na Universidade, juntamente com o/a professor/a orientador/a.

b) Organização de eventos

Em 2005, 2007 e 2009 foram realizados os Seminários Povos Indígenas e Sustentabilidade e, concomitantemente, os Encontros de Acadêmicos. Ambos os eventos visam discutir e formular propostas para aprimorar o processo de acesso e permanência de indígenas nas IES, sendo promovidos pelo Programa Rede de Saberes, desenvolvido pela UCDB e instituições parceiras, e contou, na organização, com o apoio do Mestrado em Desenvolvimento Local e em Educação, da UCDB.

Estiveram reunidos nos eventos pesquisadores nacionais e de outros países além de lideranças e acadêmicos/as indígenas, representantes de instituições acadêmicas, pesquisadores e órgãos públicos de Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Levantamento da situação dos alunos indígenas no Ensino Superior e a demanda em MS

Esta ação do Programa Rede de Saberes talvez tenha sido, nestes três anos, a que mais tenha exigido empenho da equipe encarregada. Diante da falta quase total de informações a respeito deste segmento, inclusive nos órgãos do governo estadual, a equipe que elaborava o projeto resolveu colocar esta como a primeira ação e, plena de significados, tinha como objetivo conhecer a realidade dos/as acadêmicos/as do Estado de Mato Grosso do Sul e propor para os órgãos de governo políticas públicas que facilitem o acesso e a permanência destes acadêmicos nas IES. Os dados coletados nesta ação ainda estão em fase de tratamento estatístico e serão divulgados posteriormente através de um banco de dados.

Os acadêmicos indígenas Terena e os sentidos da formação em nível superior

A luta pela posse dos territórios, que se arrasta ao longo da história, representa a reivindicação à participação nas relações de poder que envolve a sociedade e a sobrevivência étnica e cultural destes povos. Brand (2005, p.37), afirma que a “constante luta pela garantia dos territórios, e de seus recursos naturais, ocultou e segue ocultando um problema mais profundo, que é o da negação do outro, do diferente, como alguém plenamente humano e com os mesmos direitos”. Nesta dimensão, pode se considerar os 500 anos de colonização, também, como de luta por parte das populações indígenas pelo direito de seguirem sendo o que são ou queiram ser, sociedades etnicamente diferenciadas, exigindo as condições necessárias para tal. Essas condições são definidas por Oliveira (1993, p.20) ao conceituar territorialização como:

[...] um processo de reorganização social que implica: criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição de controle social sobre os recursos ambientais; a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Portanto, a questão territorial diz respeito, as suas próprias reorganizações sociais, culturais e porque não dizer de sua própria identidade étnica, ressaltando que todo indivíduo é construído culturalmente no espaço e grupo ao qual pertence. Como se esta situação não bastasse, a terra que está sob seus domínios se encontra com os recursos naturais amplamente comprometidos por conta das ações inadequadas de desmatamento e de cultivo, sem preocupação com o meio ambiente, pondo em risco, também, a sua sustentabilidade.

Frente às questões de territorialidade e sustentabilidade, o caminho que muitos índios estão buscando é o da educação para que possam se preparar, adequadamente, para os embates nestes confrontos e atuarem com mais eficiência e eficácia a favor de seus direitos. A busca pela educação escolar, seja ela básica e ou superior, vem sendo motivo de empenho para os povos indígenas, pois é através da formação acadêmica que acreditam conquistar melhores condições de sustentabilidade e, conseqüentemente, de cidadania.

Atualmente, estão matriculados na UCDB quarenta e cinco acadêmicos indígenas, sendo a maioria da etnia Terena. Distribuem-se nos diversos cursos, em destaque os cursos de direito, administração, enfermagem e as licenciaturas. Muitos ainda moram nas Aldeias Córrego do Meio e Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, respectivamente, viajando em torno 80 km diariamente para estudar, outros moram na cidade enfrentando também muitas dificuldades, das quais se destacam transporte, moradia, alimentação e outras.

Entrevistados sobre esta questão os acadêmicos responderam:

“ a maior dificuldade é financeira, é difícil sair da aldeia e estabilizar-se na cidade, sem emprego e salário”.

“ de compreender os textos, apostilas, etc...”

“ acho que para todos a dificuldade é financeira, pois temos bolsa, mas falta oportunidade de trabalho, e no início da graduação, a dificuldade maior era a vergonha, que com o passar do tempo foi passando.”

“uma das dificuldades que tenho é o relacionamento com aquelas pessoas que tem o espírito de desigualdade.”

Em relação a esta última questão, ou seja, o preconceito e discriminação, os acadêmicos responderam:

“ sim, me sinto excluída por ser índia e, principalmente, dificuldade em arrumar trabalho.”

“sim, algumas vezes, a maioria por ser mais observador e as pessoas pensam que a gente não tem a noção do saber.”

“há momentos que sim, porque nós não temos uma educação igual as outras pessoas, então isso é para nós uma dificuldade.”

“por enquanto não senti.”

Os depoimentos acima retratam uma situação muito difícil, onde o acadêmico indígena apresenta alternativas precárias de sustento ao decorrer do curso. A falta de vínculo empregatício indica certamente, a falta de qualificação profissional ou mesmo a persistência de preconceito e discriminação imposta por uma sociedade que não reconhece e nem respeita as diferenças culturais (BRAND e NASCIMENTO,2008).

No cotidiano das universidades constata-se uma clara resistência por parte do corpo docente e funcionários. Para muitos professores, apesar do número e da proximidade física dos povos indígenas, esta segue sendo uma realidade distante, desconhecida, perpassada por

informações equivocadas e preconceituosas, com pouca ou nenhuma relevância para seu trabalho como docente. Predomina, na região e nas próprias Universidades, um forte sentimento “anti-indígena”, assumido, abertamente, pelos grandes latifundiários, ligados ao agro-negócio e veiculado, cotidianamente, pelos meios de comunicação. Mudar esse contexto, ideológico e historicamente construído é um desafio a ser problematizado no contexto da educação superior.

Quando questionados sobre o significado da formação responderam:

- “significa respeito, pois com a formação serei respeitado e poderei esclarecer dúvidas sobre a área econômica na aldeia e em outros locais.”
- “garantia de trabalho.”
- “a realização de um sonho, como indígena pertencço a um povo e cada povo tem sua história e a história indígena quase não é contada.”
- “significa ter uma profissão e trabalho.”
- “significa conhecimento, ter uma profissão, independência financeira e levar o conhecimento para minha aldeia.”
- “significa uma realização profissional e trabalhar junto a minha comunidade.”

As demandas e ou anseios dos acadêmicos indígenas não diferem dos demais jovens na atualidade, todos preocupados com a subsistência num mundo globalizado e de alta tecnologia que exige qualificação profissional para inserir-se no mercado de trabalho. Muitos têm a consciência da impossibilidade de manter-se junto às famílias devido ao processo de pauperização e enorme densidade demográfica que perpassa as aldeias do Estado. A oportunidade de profissionalizar-se é condição para uma melhor qualidade de vida para o jovem bem como para a sua família.

Sobre o Programa Rede de Saberes afirmaram:

- “significa que temos um programa que se preocupa com os acadêmicos indígenas e com sua formação, pois nos dá muito apoio e força de vontade para concluir o curso.”
- “representa uma segunda família. É para lá que vou quando quero estudar ou acontece algo que me chateia, é como se fosse um refúgio, onde estou junto com meus patrícios.”
- “significa que temos um espaço só nosso e que nos apóia nas horas difíceis.”
- “um espaço amigo para quem precisa no momento em que você dá de frente com um mundo tão diferente.”
- “significa parceria, apoio para os acadêmicos indígenas.”
- “aprendi muitas coisas importantes no Rede, o que contribuiu para aperfeiçoar meu conhecimento.”

A presença indígena na universidade é anterior a implantação do Programa Rede de Saberes, era uma presença tímida, deslocada frente a um universo que revela-se muitas vezes anti-indígena, no entanto, a partir de sua implementação criou-se um espaço de convivência, respeito e apoio com o desenvolvimento das diversas ações que visam dar suporte ao

acadêmico indígena em sua trajetória acadêmica. Em seus três anos de existência o projeto tem se revelado uma experiência muito gratificante, atingindo seus objetivos e abrindo espaços de discussão e reflexão para a criação de políticas públicas de acesso e, principalmente, de permanência apoiando assim o acadêmico índio.

Considerações Finais

As iniciativas no campo da educação indígena foram marcadas pelas orientações em favor de práticas diferenciadas e interculturais para os povos indígenas instituídas pela Constituição de 1988. No plano do ensino superior, apesar das reivindicações das organizações indígenas, algumas iniciativas tímidas foram desenvolvidas por universidades esparsas, algumas com sucesso e adquirindo alguma sustentabilidade e outras descontinuadas.

Essas demandas restringiam-se, inicialmente, as licenciaturas e, posteriormente, por cursos de formação técnica em áreas como direito, saúde, ciências agrárias e outras e, cada vez mais as políticas públicas voltadas para a diversidade e as universidades estruturam iniciativas que objetivam facilitar o acesso através de propostas de reservas de cotas, bolsas e outras ações afirmativas que possibilitam ao acadêmico indígena adentrar ao mundo universitário.

Se o acesso já é possível, a permanência ainda é um grande desafio, tornando-se uma questão preponderante nas discussões realizadas nos encontros de estudantes, familiares, lideranças e academia em prol da criação de políticas públicas que garantam a formação em nível superior. Esta também é a bandeira da equipe e o novo arcabouço do Programa Rede de Saberes, que em sua versão atual, direciona o trabalho para o fortalecimento da articulação dos acadêmicos índios em dois níveis distintos: entre os acadêmicos, através de encontros de acadêmicos indígenas e organização de grupos de estudo e com suas comunidades, povos e organizações, através de encontros por micro-regiões, reunindo acadêmicos, lideranças e organizações e a realização de oficinas de acadêmicos e lideranças, para trabalhar temas como: cidadania, participação política, organização social, entre outros.

A presença indígena na universidade é uma realidade que se concretiza a cada novo semestre demonstrando a força e resistência dos povos indígenas em prol de suas demandas, não apenas de ordem pessoal, mas também de caráter coletivo contribuindo desta forma o ensino superior para ampliar as condições de sustentabilidade e autonomia destes povos.

Referências

- BRAND, A. e NASCIMENTO, A. C. Os povos indígenas nas instituições de educação superior e os desafios da sustentabilidade e da autonomia. In: 9º ANPED - Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste, 2008
- _____. Indígenas no Ensino Superior ou Ensino Superior Indígena: Experiências e perspectivas. In: Anais do 15º COLE, Campinas, 2005.
- _____. Formação de professores indígenas em nível superior. In: *QUAESTIO* – Revista de Estudos de Educação, Sorocaba, SP, vol. 8, n. 1 p. 73-82, maio 2006.
- NASCIMENTO, Adir C. Populações Indígenas, Universidade e Diferença. In: *Anais da ANPED - Centro Oeste*. Cuiabá, 2006.
- LIMA, A. C. S. e HOFFMANN, M.B. Seminário: *Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados* - Hotel Nacional /Brasília – Relatórios de Mesas e Grupos - Outubro de 2004.
- OLIVEIRA, João Pacheco. *A viagem de volta: Reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas do nordeste*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ,1993.
- SILVA, Aracy Lopes. *Antropologia, História e Educação: A Questão Indígena e a Escola*. 2 ed. São Paulo: Global, 2001.
- URQUIZA, A. H. et all. Relatório Final do Programa Rede de Saberes, período de 2006 a 2007. Campo Grande: UCDB, 2007